

“UT MELIUS QUICQUID ERIT PATP”<sup>1</sup>.

## A POESIA DE RICARDO REIS ENTRE PEDAGOGISMO E DESISTÊNCIA

Na encenação pessoana do “drama em gente”, o heterónimo Ricardo Reis, segundo discípulo do mestre Caeiro, ainda que já prefigurado anteriormente na aparição do autor de *O Guardador de Rebanhos* no conhecido “dia triunfal”<sup>2</sup>, desempenha um papel “enganosamente” circunscrito e claro, construído na base do preceito caeiriano. Ou seja, mantendo-nos fiéis às próprias palavras de Ricardo Reis, se Alberto Caeiro representa “a reconstrução do sentimento pagão”, o autor das odes encarrega-se da reconstrução da estética pagã. A eficaz expressão, com que Pessoa enquadra sinteticamente a figura do heterónimo nascido no Porto, definindo-o como um “Horácio grego que escreve em português”, por si só parece traçar confins bem definidos para o seu campo estético-poético: na margem menos mediterrânica do continente europeu apareceu o poeta símbolo da antiguidade clássica, a síntese mais glacial e límpida de uma inteira civilização, cujo desaparecimento foi o resultado nefasto da afirmação do “cristismo”.

Basta ler as arcaizantes odes de Reis para entrar, não sem uma sensação de estranheza, num mundo poético aparentemente descontextualizado, a séculos de distância dos fermentos das vanguardas do século vinte, fato que acaba por testemunhar e, ainda mais, confirmar a surpreendente capacidade de Pessoa se movimentar em simultâneo nos âmbitos estéticos e estilísticos por sua vez distantes entre si e colocados em oposição um com o outro. Álvaro de Campos, de resto, é disto a prova mais vívida e estimulante.

Não será necessário recordar como a poesia de Ricardo Reis, embora com menor frequência, se tenha de imediato oferecido para análise dos estudiosos, atraídos precisamente pelo seu estilo clássico e explicitamente imitativo do poeta latino, cuja presença no texto reisiano emerge muito para lá de uma evidente quanto previsível relação intertextual<sup>3</sup>.

Contudo, o levantamento pontual e sempre rico de linhas de reflexão dos elementos clássicos nas odes de Ricardo Reis, se por um lado confirma as palavras de Álvaro de Campos, quando afirma que “Reis tem a frieza de um belo túmulo ou de um maravilhoso rochedo sem sol nem onde haver musgos”,<sup>4</sup> por outro não obscurece, pelo contrário, deixa intacta a percepção de uma poesia que, mesmo construída sobre um pilar antigo, sentimos como moderna, ou seja, apercebemo-nos que “esse fundo comum cristalizou em composições absolutamente novas”<sup>5</sup>. A tensão entre a que Campos definiria como “gaiola” formal da poesia e a força nela encerrada, ou, para recorrer ainda às palavras do engenheiro, “o conteúdo emotivo e intelectual” da poesia de Reis

<sup>1</sup> “Quanto melhor é suportar o que será”, HORÁCIO, “Ode XI”, in *Libro I*.

<sup>2</sup> Referências a Ricardo Reis aparecem em vários textos de Fernando Pessoa. O próprio autor conta, na conhecida carta sobre a génese dos heterónimos, dirigida a Adolfo Casais Monteiro, como “Aí, por 1912, salvo erro (que nunca pode ser grande), veio-me à ideia de escrever uns poemas de índole pagã. Esbocei umas coisas em verso irregular (não no estilo Álvaro de Campos, mas num estilo de meia regularidade), e abandonei o caso. Esboçara-se-me, contudo, numa penumbra mal urdida, um vago retrato da pessoa que estava a fazer aquilo. (Tinha nascido, sem que eu soubesse, o Ricardo Reis).” Outra referência a Reis aparece num documento datado de 1915? em que se pode ler: “O Dr. Ricardo Reis nasceu dentro da minha alma no dia 28 de janeiro de 1914, pelas 11 horas da noite”. F. PESSOA, *Teoria da heteronímia*, (ed. de F. CABRAL MARTINS e R. ZENITH), Assírio & Alvim, Lisboa, 2012 p.277 e p. 301.

<sup>3</sup> É obrigatório citar o estudo circunstanciado, ainda que limitado a algumas poesias, de H. DA ROCHA PEREIRA, *Reflexos Horacianos nas Odes de Correia Garção e Fernando Pessoa, (Ricardo Reis)*, Porto, 1958.

<sup>4</sup> Á. DE CAMPOS, “Notas para a recordação do meu mestre Caeiro”, in F. PESSOA, *op.cit.*, p. 320.

<sup>5</sup> H. DA ROCHA PEREIRA, *op. cit.*, p. 10.

configura-se como elemento constante, cuja distribuição varia na construção do percurso poético das odes, deixando entrever uma diferente intensidade, articulada através do uso mais ou menos frequente de pontuais referências à poesia latina, que vão da citação linear ao emprego de construções e lexemas da língua de Horácio. Enfim, o mundo clássico, com as suas representações míticas e presenças divinas, tiradas da tradição horaciana, com Ricardo Reis, longe de ser um mero exercício de arte poética, contém, às vezes de forma oblíqua, o núcleo central da reflexão pessoal, como a busca de um sentido para a existência, a ânsia de conhecimento, o mergulhar no mistério, nunca abandonadas, que aqui se vai desenvolvendo e revelando gradualmente.

A imitação formal, reforçada pelo uso sábio de latinismos distribuídos no verso, implica em si mesmo a assunção de alguns temas caros ao poeta latino e do pensamento nele expresso, tanto que podemos ler num texto em prosa atribuído ao irmão de R. Reis, Frederico: “Resume-se num epicurismo triste toda a filosofia da obra de Ricardo Reis”.<sup>6</sup> De facto, verificado que Ricardo Reis da poesia de Horácio privilegia a lírica intimista, o heterónimo encontra nela um modelo sobre o qual “esculpir” os seus versos, nos quais parecem dominar a necessidade de uma aceitação “estóica da vida”, a “áurea mediocritas”, o elogio do “carpe diem”, que para o Horácio português se torna literalmente “colhe o dia”, não na marca de uma fictícia quanto improvável reconstrução do paganismo, mas como forma disciplinada de controle da pulsão que empurra o ser consciente para o abismo insondável da existência, no fundo da qual encontrará o nada. Isto a partir da ideia de que, citando o próprio Ricardo Reis,

O que é comum a toda a moral pagã, seja qual for, visa um fim humano, a organização da pessoa humana, não a transcendência dela. A moral pagã é portanto uma moral de orientação e de disciplina, ao passo que a moral cristã é uma moral de renúncia e de desapego.<sup>7</sup>

Tendo em conta estes conceitos, Reis/Pessoa, atribui à moral epicurista “a tendência para a felicidade pela harmonização de todas as faculdades humanas”<sup>8</sup>, enquanto que cabe à moral estóica subordinar as “qualidades inferiores do espírito às superiores, mas superiores e humanas”.

Assenta portanto, também sobre esta base, a escrita poética arcaizante de Ricardo Reis, que metaforicamente se torna eixo central da reconstrução e reafirmação das superiores qualidades humanas. Isto, faz com que não apareça contraditória uma escolha que, embora leve muito longe da contemporaneidade os elementos formais da poesia deste heterónimo, nunca esquece o objetivo irrenunciável de Fernando Pessoa ao insituir-se como o tal “supra Camões”, ou seja, como reconstrutor de uma civilização e de uma literatura sob o signo de Portugal<sup>9</sup>. De resto, já numa longa carta, enviada em 19 de janeiro de 1915 a Armando Côrtes Rodrigues, Pessoa revela quase como obsessiva mas imprenscindível a própria tarefa, ao ponto de lhe confessar: “(...) fazer arte, parece-me cada vez mais importante coisa, mais terrível missão – dever a cumprir arduamente, monasticamente, sem desviar os olhos do fim criador-de-civilização de toda a obra artística”<sup>10</sup>.

De fato, a disciplina, que para Ricardo Reis constitui “a única deusa ética dos estóicos, (...) que é a base real das doutrinas éticas do paganismo”<sup>11</sup> aparece nas primeiras odes publicadas, como proposta e solicitação a seguir, desempenhando quer a função salvadora da poesia como sinal de equilíbrio e permanência num tempo e num mundo que fogem, quer uma função pedagógica através da qual (re)encontrar aquela calma e aquele estoicismo, ainda que, afirma Reis, dando pleno

---

<sup>6</sup> R. REIS, *Prosa*, ed. de M. PARREIRA DA SILVA, Assírio & Alvim, Lisboa, 2003, p. 280.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 88

<sup>8</sup> *Ibid.*

<sup>9</sup> Ver o conhecido artigo de Fernando Pessoa “A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada”, publicado na *Águia*, n.4, 2ª série, abril de 1912.

<sup>10</sup> F. PESSOA, *Correspondência 1905-1922*, ed. de M. PARREIRA DA SILVA, Assírio & Alvim, 1999, p. 141.

<sup>11</sup> R. REIS, *Prosa*, cit., pp. 88-89.

crédito à sua desilusão e consciência do fingimento proposto, “não são coisas que se parecem com a calma antiga e o estoicismo grego”<sup>12</sup>.

Não é certamente casual na série de odes publicadas no número 1 de *Athena*, a primeira, composta em 1921, que diz:

Seguro assento na coluna firme  
Dos versos em que fico,  
Nem temo o influxo inúmero futuro  
Dos tempos e do olvido;  
Que a mente, quando, fixa, em si contempla  
Os reflexos do mundo,  
Deles se plasma torna, e à arte o mundo,  
Cria, que não a mente.  
Assim na placa o externo instante grava  
Seu ser, durando nela.

Encerrado na estrutura latinizante desta ode, está presente, de facto, o *topos* horaciano da função da poesia como defesa contra a ação de rapina do tempo, que no futuro é sinónimo de morte, ao qual contrapor a certeza, “firme”, do instante “gravado na pedra” do verso, capaz de assegurar a imortalidade ao poeta que se torna também “doador de imortalidade”<sup>13</sup>. Poesia, pois, como antídoto à “*atra cura*”, a angústia da morte, presente em Horácio e que Reis transfigura magistralmente nesta ode, fazendo dela, num certo sentido, o manifesto, o melhor, a *mise en abîme* da série publicada. A rebuscada complexidade de uma arcaizante sintaxe revela, facto não menos secundário, a consciência da novidade de tal poesia nos Anos Vinte, e sobretudo mostra a capacidade de reconstrução daquela “*Ars Poetica*”, como disciplina das palavras com que salvaguardar e dominar “o conteúdo emotivo e intelectual” que também Reis, como nota Álvaro de Campos, demonstra ter. Neste aspeto, com certeza o poema VII que recita:

Ponho na altiva mente o fixo esforço  
Da altura, e à sorte deixo,  
E as suas leis, o verso;  
Que quando è alto e régio o pensamento,  
Súbdita a frase o busca  
E o scravo ritmo o serve.

revela a sua função metapoética, ao fazer-se eco do primeiro.

A frieza escultória das odes de Reis, neste sentido eleva ao grau extremo tal disciplina, no jogo do “drama em gente”, mas sob a fria eloquência, aquela “febre de além” que parece dormente, se revelará de modo claro nas odes, no seu aspeto mais renunciatório e nihilista. Todavia, antes deste ou às vezes de forma simultânea, a ideia de disciplina estoica é frequentemente expressa através de uma poesia de tipo gnómico ou sentencioso, com o uso de máximas e preceitos, “Só de aceitar tenhamos a Ciência” (IV), voltados para construção de uma pedagogia da essência do existir, que Reis reparte entre as suas musas femininas ou um interlocutor imaginário, condensando nos seus versos “uma filosofia toda”, para usar as palavras de Alberto Caeiro, como recita a ode XVII:

Não queiras, Lídia edificar no espaço  
Que figuras futuro,  
(...)  
Cumpre-te hoje, não sperando.

---

<sup>12</sup> *Ibi*, p.172

<sup>13</sup> Cfr. Alfonso Traina, *Introduzione a Orazio, Odi ed Epodi*, BUR, Milano, 2013, p.27.

(...)

Não te destines, que não és futura ...

Tratar-se-ia, pois, de reativar as funções parenética e performativa dominantes nas odes de Horácio, que aqui Ricardo Reis adota, amplificando-lhes o efeito anacrónico no plano formal, como tal aparece uma das inúmeras transfigurações alegóricas da morte, transformada no “regação insaciável da pátria de Plutão” (XX).

Se se considerar o conjunto das vinte odes publicadas no primeiro número de *Athena*, não se pode não notar uma exemplar disposição da sequência das composições. Nessas, está presente o paradigma da filosofia estóico-epicúrea, filtrada através do poeta venusino, quando cada ode constitui uma pequena lição ética sobre como aceitar a existência, sem aspirações de riqueza ou de glória, sabendo que o tempo devorará rapidamente todos os momentos. Portanto, a primeira norma é a de se fazer fingidamente inocente e gozar um só dia como se fosse uma vida inteira, como o poeta exorta Lídia, através da metáfora das “volucres rosas”. De resto, nestas composições estão presentes todas as figuras femininas horácianas, Lídia, Cloe e Nera, as quais, mais que referentes afetivos, aparecem aqui como ideais discípulas, instruídas para aprender um preceito fundado na parcimónia das coisas e dos sentimentos “Prazer, mas devagar, Lidia, que a sorte àqueles não é grata que lhe das mão arrancam”(XIX).

A coesão temática da recolha é também extraordinariamente evidenciada por um superabundante e constante uso de latinismos, como “marcenda”, “volucres”, “depredando” “atro”, este último adjetivo usado por Horácio quase de modo exclusivo; da riqueza de referências a *topos* da cultura clássica, como o rio Stige, a cidade de Tebas, a ilha de Lesbos, as divindades, como Neptuno, Plutão, as figuras míticas, a de Ulisses, as ninfas e faunos, e aos grandes poetas da antiguidade, Homero, Píndaro, etc., engastados em versos construídos imitando a sintaxe latina.

Tudo isto torna mais preciosas as vinte odes que figuram em *Athena*, fixando-lhes a peculiaridade e a distância da poesia “objetiva”, quanto aparentemente primitiva de Alberto Caeiro. De certo modo, o efeito de acumulação de elementos clássicos confere à recolha a valência de *summa* pessoa da estética neopagã de que Ricardo Reis se encarregou, escrevendo composições extraordinárias que, não obstante ou graças ao manto de classicismo que a todas se estende, revelam que sob “o maravilhoso rochedo sem sol” pulsa toda a inquietação de um poeta consciente da gravidade e do mistério da existência.

Todavia, o discurso enriquece-se com interessantes estímulos, se olharmos, onde for possível, à sequência de composições das muitas odes e poesias que acompanharam a atividade do heterónimo até ao último ano da vida de Pessoa.

Sabemos que o ano de 1914 foi não só o ano do nascimento oficial dos heterónimos, mas também um ano muito fecundo para Ricardo Reis<sup>14</sup>.

Em particular, uma das suas composições daquele ano, de entre as mais conhecidas, “Mestre são plácidas/todas as horas” oferece a oportunidade de observar a interação do discípulo acabado de aparecer, com os seus mestres, Alberto Caeiro e o poeta latino Horácio. Nesta extraordinária poesia, Reis consegue harmonizar os seus ensinamentos, fazendo-nos entrever o futuro percurso a seguir. Trata-se de uma poesia-bívio, na qual a ligação a Caeiro e a adoção dos princípios da sua poética são as premissas necessárias para a elaboração mais intelectualizada e arcaizante das futuras odes.

Mestre, são plácidas  
Todas as horas  
Que nós perdemos,  
Se no perdê-las,

---

<sup>14</sup> Contam-se 28 odes e uma dezena de rascunhos de poesias ou primeiras versões das odes publicadas na *Athena*. Cfr. M. PARREIRA DA SILVA, “Pósfacio”, in R. REIS, *Poesia*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2000, p. 228.

qual numa jarra  
Nós pomos flores.

Não há tristezas  
Nem alegrias  
Na nossa vida.  
Assim saibamos,  
Sábios incautos,  
Não a viver,

Mas decorrê-la,  
Tranquilos, plácidos,  
Tendo as crianças  
Por nossas mestras,  
E os olhos cheios  
De Natureza...

.....

Não vale a pena  
Fazer um gesto.  
Não se resiste  
Ao deus atroz  
Que os próprios filhos  
Devora sempre.

Colhamos flores.  
Molhemos leves  
As nossas mãos  
Nos rios calmos,  
Para aprendermos  
Calma também.

Girassois sempre  
Fitando o sol,  
da vida iremos  
Tranquilos, tendo  
Nem o remorso  
De ter vivido.

Dir-se-ia que esta poesia mostra um estado de graça absoluta, em que o delicado diálogo em voz baixa entre Caeiro e Reis flui sem cesuras, e, como numa passagem de testemunho discreta e confiante, ao lado do primeiro mestre perfila-se a figura do Horácio<sup>15</sup>.

Claro, tudo isto faz também parte da encenação pessoana, mas, aqui podemos tocar com a mão o quanto das páginas muitas vezes contraditórias e tortuosas da prosa, com a qual Pessoa constrói as suas teorias estético-literárias, se produz depois agilmente a poesia: uma poesia sublime e envolvente, apesar da complexidade discursiva de que está imbuída.

---

<sup>15</sup> Ao poeta Horácio Ricardo Reis se refere explicitamente, como também faz Álvaro de Campos para com os seus mestres Alberto Caeiro e Walt Whitman em dois importantes poemas, num poema de 1923, cujos primeiros verso recitam: “Quero versos que sejam como joias / Para que durem no porvir extenso / E os não macule a morte / Que em cada coisa a espreita, / (...) Sob o vedado sol, e, te lembrando, / Bebo, imortal Horácio, / Superfluo, à tua glória...,” reincidindo sobre o tema presente na primeira ode publicada em *Athena*.

A maior parte das odes e poesias que se seguem são todas exemplarmente construídas à maneira dos clássicos, mas logo começa a aflorar aquele “fundo de angústia moderna”, para utilizarmos as palavras de Eduardo Lourenço<sup>16</sup>, que, acentuando e ultrapassando o véu de melancolia que sempre investe e declina, em geral, a poesia clássica e a horaciana, em particular, nos anos seguintes tenderá a transbordar e a fazer vacilar aquela bela gaiola protetora e tristemente consolatória da disciplina estoíco-espícuera, a mostrar a falácia e a impossibilidade da *ataraxia*, fato que envolve igualmente o plano da expressão e da linguagem.

Já nas poesias de 1914 e dos anos imediatamente a seguir, o pedagogismo de Reis, começa a perder a sua eficácia baseada no fingimento do credo nos deuses pagãos. Como diz a conhecida poesia

Só esta liberdade nos concedem  
Os deuses: submetemo-nos  
Ao seu domínio por vontade nossa.  
Mais vale assim fazermos  
Porque só na ilusão a liberdade existe.

Nem outro jeito os deuses, sobre quem  
O eterno fado pesa,  
Usam para seu calmo e possuído  
Convencimento antigo  
De que é divina e livre a sua vida.

Estamos já defronte ao desmascarar e à negação da instância suprema das divindades, sobre as quais “o eterno fado pesa”, fato que na verdade deixa transparecer outro nível não menos central na reflexão de Pessoa, ou seja, a sua vertente ocultista, atrás da qual a grande dúvida e a incontornável interrogação sobre a busca de um sentido, sobre o desvendar do mistério vão-se avultando, tanto que com razão se poderia afirmar que Ricardo Reis “è o apagador dos deuses”<sup>17</sup>.

O progressivo apagamento de qualquer credo, embora fictício, implica uma radicalização daquela advertência à parcimónia e à moderação que conduzirá a uma forma de pedagogia marcada cada vez mais pela negatividade, sintetizável na total e altiva abstinência da vida, magistralmente encerrada nos versos “Senta-te ao sol. Abdica/e sê rei de ti próprio”. Aliás, escrita no mesmo dia, uma outra ode reitera este conceito, quando lemos:

Sábio è o que se contenta com o espectáculo do mundo,  
E ao beber nem recorda  
Que já bebeu na vida,  
Para quem tudo é novo  
E imarcescível sempre.

.....  
E ele espera, contente quasi e bebedor tranquilo,  
E apenas desejando  
Num desejo mal tido  
Que a abominável onda  
O não molhe tão cedo.

Esta máxima de sabedoria parece, contudo, contradizer, ou melhor invertir quanto escreverá depois Pessoa sempre na mesma carta acima citada para Côrtes Rodrigues, em que, empregando quase as mesmas palavras do verso, assim considera que tenha de ser a postura sua e de quem

<sup>16</sup> E. LOURENÇO, “Ricardo Reis ou o inacessível paganismo”, in E. LOURENÇO, *Pessoa Revisitado, Leitura Estruturante do Drama em Gente*, 4ª Ed., Gradiva, Lisboa, 2013, p. 53.

<sup>17</sup> J. BALSÓ, *Pessoa entre a terra nula e o céu que não existe*, Instituto Piaget, Lisboa, 2006, p. 214.

queira dedicar-se à arte: “Outra atitude não pode ter para com a sua própria noção-do-dever quem olha religiosamente para o espectáculo triste e misterioso do Mundo”<sup>18</sup>. O contentamento para com “o espectáculo do mundo”, que constitui o primeiro verso do poema, ao contrario de quanto possa aparecer, revela-se assim, na perspectiva do percurso poético construído por Ricardo Reis, como a outra face da mesma moeda; uma inversão só aparente que, ao assumir a pedagogia epicurista, mostra, de uma maneira amarga, embora ironicamente, ainda mais o seu âmago disfórico.

Aqui, é claro que a consciência da “*brevitas vitae*”, sobre a qual se apoia o preceito da abstinência do agir, começa a tornar-se imagem da profunda e irredutível verdade que inquieta Pessoa, ou seja “ser consciente é ser infeliz”<sup>19</sup>. Ele, doente incurável daquela “dor de pensar”, não pode sair desta verdade ontológica que o faz imergir numa visão essencialmente nihilista da existência.

Num número cada vez maior de odes e poesias, a abdicação, a desistência, a indiferença, tornam-se com efeito temas centrais que atingem o seu ponto de expressão máxima com a longa composição *Os Jogadores de xadrez*, onde lemos:

[...]  
O que levamos desta vida inútil  
Tanto vale se é  
A glória, a fama, o amor, a ciência, a vida,  
Como se fosse apenas  
A memória de um jogo bem jogado  
E uma partida ganha  
A um jogador melhor.

A gloria pesa como um fardo rico,  
A fama como afebre,  
O amor cansa, porque é a sério e busca,  
A ciência nunca encontra,  
E vida passa e dói porque o conhece ...  
O jogo do xadrez  
prende a alma toda, mas perdido, pouco  
pesa, pois não é nada.

No enredo esteticamente extraordinário de estilo e temas bebidos do mundo clássico, o culto da abstinência, da indiferença, convertem-se, em alegoria do nada que constitui a essência da vida. Deste modo, a atitude de altiva e orgulhosa abdicação, o xadrez, “[...]o jogo predilecto dos grandes indiférentes”, longe de representarem a egoística determinação de se subtrair à existência, paradoxalmente, em Ricardo Reis, encarna o que resta da dolorosa e profunda busca do sentido de tudo, após ter entrado no abismo mais impenetrável da consciência. “No ergástulo de ser quem sou”, como escreve numa das últimas odes .

Esta tendência, indagada com lucidez por Eduardo Lourenço<sup>20</sup> agudiza-se sobretudo nas odes compostas nos Anos Vinte. De resto, isto aparece, embora de uma maneira oblíqua, também na ode dedicada ao poeta latino<sup>21</sup>, onde no último verso “Bebo, imortal Horácio, / Supérfluo, à tua glória...”, o adjetivo “supérfluo”, deixa entrever a lúcida consciência de Ricardo Reis de se querer deter á superfície do abismo, por ele sempre visto e sentido, e que, ironicamente, aqui ignora, fingindo-se adepto do poeta venusino.

---

<sup>18</sup> F. PESSOA, *Correspondência 1905-1922*, cit., p. 141.

<sup>19</sup> E. LOURENÇO, *ibi.*, p. 52

<sup>20</sup> *Ibi.*

<sup>21</sup> Ver nota n. 14.

Continuando embora a seguir o rasto de Horácio, o léxico agora simplifica-se, lentamente o mundo clássico tende a afastar-se, para dar lugar a palavras que parecem convocar intratextualmente o Pessoa ortónimo, como nestes versos:

Não quero recordar nem conhecer-me.  
Somos demais se olhamos em quem somos.  
Ignorar que vivemos  
Cumpramos bastante a vida.

Mas nota-se também uma reaproximação a Alberto Caeiro, numa ode de 1932 que diz:

Para que complicar inutilmente,  
Pensando, o que impensado existe? Nascem  
    Ervas sem razão dada  
Para elas olhos, não razões, são a alma.  
Como através de um rio as contemplemos.

Aqui o percurso da escrita poética de Ricardo Reis parece evidente, ao mostrar o reencontro com o seu mestre tão fingido como ele próprio, e ao afirmar, por conseguinte, uma geometria circular, lucidamente pensada para o “drama em gente”.

De fato toda a montagem arcaizante parece ter esgotado a sua própria tarefa. O manto de classicismo com que Ricardo Reis tinha coberto e regelado a angústia insuprimível, rompe-se e deixa fluir o drama não resolvido do existir, que nas últimas odes se transforma na obsessiva e assediante ideia da “finitude” e da morte, como única verdade, e da impotência do homem, sobre o qual pesa um destino imperscrutável: “Aguardo, equânime, o que não conheço –/ meu futuro e o de tudo. /No fim tudo será silêncio, salvo /onde o mar banhar nada.”

Como afirma Eduardo Lourenço “é por demais claro que o jogo interior do primeiro Reis está terminado”<sup>22</sup>. Também Ricardo Reis, como Álvaro de Campos, tira a máscara da abdicação e, com um ímpeto calmo, oxímoro que bem traduz a cada vez mais precária linha de confim entre a sua aceitação estóico- epicúrea da realidade e a lúcida consciência da irrealidade do tudo, escreve, já em 1927, a extraordinária ode, cujos versos iniciais de sabor sentencioso, ainda que velados de melancolia, não permitem réplicas: “Nada fica de nada. Nada somos.” A única realidade que nos é concedida é o fingimento, ou melhor, a irrealidade, como também triste mas implacavelmente repetem os versos finais: “Somos contos, contando contos, nada”.

Neste percurso inverso ao da separação heteronímica, Ricardo Reis parece dissipar-se e fundir-se, depois de ter reencontrado também Alberto Caeiro, com o seu criador, quando escreve a sua última ode, a 13 de novembro de 1935:

Vivem em nós inúmeros;  
Se penso ou sinto, ignoro  
Quem é que pensa ou sente.  
Sou somente o lugar onde se sente ou pensa.

Tenho mais almas que uma.  
Há mais eus do que eu mesmo.  
Existo todavia  
Indiferente a todos.  
Faço-os calar: eu falo.

Os impulsos cruzados  
Do que sinto ou não sinto

---

<sup>22</sup> *Ibi.*, p. 66.

Disputam em quem sou.  
Ignoro-os. Nada ditam  
A quem me sei: eu escrevo.

Foi necessário a Ricardo Reis completar uma viagem provocatoriamente anacrónica, entre advertências, sentenças e máximas da antiga sabedoria, imitada pelos deuses, ter seguido os ensinamentos de Epicuro e Séneca, para voltar então em Fernando Pessoa, e poder-nos dizer que o espaço e o tempo, as pessoas, estão todos na sua cabeça e que só na escrita está a realidade. Realidade que para Pessoa só tem sentido na arte porque, como escreveu na apresentação da *Athena* “[...]elevar é o fim da suprema [arte]. Por isso toda a arte superior é, ao contrário das outras duas, [a ínfima e a média] profundamente triste. Elevar é desumanizar, e o homem se não sente feliz onde se não sente já homem. É certo que a grande arte é humana; o homem, porém, é mais humano que ela. Ainda por outra via a grande arte nos entristece. Constantemente ela nos aponta a nossa imperfeição. [...] É por isto que os gregos, pais humanos da arte, eram um povo infantil e triste. E a arte não é por ventura mais, em sua forma suprema, que a infância triste de um deus futuro, a desolação humana da imortalidade pressentida”<sup>23</sup>.

Está certo que Fernando Pessoa tudo isto deve ter sentido na sua pessoa e que, ao criar Ricardo Reis, conseguiu realizar o próprio anacrónico, mas poeticamente elevado, encontro com os deuses.

Orietta Abbati

---

<sup>23</sup> F. PESSOA, *Athena*, V.I, n.1, 1924, p. 8 [l’ortografia della citazione é stata attualizzata. N.d.a.]